

Agronegócio e Segurança Alimentar na relação entre China e Brasil

**Painel do I Seminário
Internacional “Direito e Economia
Política Internacional: reflexões
sobre a China contemporânea”**

Raimundo Silva // Sérgio Sauer // Walter Belik

Mediação: Eduardo Santos

Organização: William Nozaki



**SOCIOLOGIA
E POLÍTICA**
ESCOLA DE
HUMANIDADES

EDITORA **SOCIOLOGIA E POLÍTICA**

Dados Internacionais da Catalogação-na-Publicação (CIP)

Agronegócio e segurança alimentar na relação entre China e Brasil : Painel do I Seminário Internacional "Direito e Economia Política Internacional : reflexões sobre a China contemporânea" / [expositores] Raimundo Silva, Sérgio Sauer, Walter Belik ; mediação Eduardo Santos ; organização William Nozaki. – São Paulo : Editora Sociologia e Política, 2021. 00 p. – (Debates contemporâneos, n. 04).

Transcrição do evento online: "Relações China-Brasil: agronegócio e segurança alimentar".

ISBN 978-65-86612-05-9.

1. Agronegócio. 2. Segurança alimentar. 3. Relações internacionais, China-Brasil. I. Silva, Raimundo. II. Sauer, Sérgio. III. Belik, Walter. IV. Santos, Eduardo. V. Nozaki, William. VI. Sociologia e Política - Escola de Humanidades. VII. Série.

CDD 23.: Índice sistemático:

Relações internacionais entre China e Brasil 327.51081
Agricultura de produção – Políticas internacionais – China 338.1851
Segurança alimentar – China 363.1920951

Elaborada por Éderson Ferreira Crispim CRB-8/9724

Direitos reservados à
Editora Sociologia e Política
Rua General Jardim, 522 - Vila Buarque
01223-010 - São Paulo - SP - Brasil
Tel. Fax: 0 55 (11) 3123 7800

www.fespsp.org.br



CONSELHO SUPERIOR DA FESPSP

Ubiratan de Paula Santos
Presidente

Pedro Luiz Guerra
Vice-Presidente

Francisco Aparecido Cordão
Vice-Presidente

José Carlos Quintela de Carvalho
Vice-Presidente

Vicente Carlos Y Plá Trevas
Secretário

Aparecida Neri de Souza
Cláudio José de França e Silva
Amarilis Prado Sardemberg
José Castilho Marques Neto
Aluisio Almeida Schumacher
Juliana Scarcelli de Agostino

Diretoria Executiva

Angelo Del Vecchio
Diretor Geral

Romeu Nami Garibe
Vice-Diretor Geral

Elci Pimenta Freire
Diretor Tesoureiro

Lais Cristina da Costa Manso Nabuco de Araújo
Secretária Geral

Diretorias Adjuntas

Eduardo Santos
Diretor Acadêmico

Marco Piva
Diretor de Comunicação

Expediente editorial

Angelo Del Vecchio
Diretor-presidente

Jorge Nagle (in memoriam)
Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes (in memoriam)
Waltercio Zanventor
Comissão Editorial

Rodrigo Estramanho de Almeida
Coordenação Editorial

Rodrigo Carani
Transcrição e revisão

Éderson Crispim
Secretaria editorial

Ulisses Romano | Cartola Conteúdo
Projeto gráfico e diagramação



Sumário

Introdução	5
Abertura	6
Uma questão de segurança nacional.....	7
A geopolítica.....	14
Relações comerciais	20
Outras questões.....	24
Debates Contemporâneos	32
Sobre a Sociologia e Política – Escola de Humanidades	33

Introdução

As relações geopolíticas já viviam momentos de tensão com a ascensão da economia chinesa e a contagem regressiva para o momento em que a China ocuparia o posto de maior economia do planeta, superando os Estados Unidos da América. Somou-se a isso, o clima de confronto proposto pelo ex-presidente norte-americano Donald Trump contra o país, apoiado pelo presidente brasileiro Jair Bolsonaro, apesar da China ser o maior parceiro comercial do Brasil.

Mas, pouco se pesquisa a China no ocidente, e muitas opiniões políticas são emitidas embasadas em preconceitos e dados errôneos. Neste cenário, chega a pandemia de Covid-19 e abala mais uma vez as principais potências do globo. E como fica a relação do Brasil com a China?

Para discutir as relações entre os dois países e propor mais debates e estudos sobre a China, o Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Universidade Mackenzie propôs o I Congresso Internacional “Direito e Economia Política Internacional: reflexões sobre a China contemporânea”, com o apoio e organização de universidades e programas de pós-graduação do Brasil e do exterior, entre elas a Sociologia e Política - Escola de Humanidades.

Na mesa organizada pelo professor William Nozaki, da Cátedra Celso Furtado (Sociologia e Política - Escola de Humanidades), a proposta para a contribuição da série Debates Contemporâneos foi discutir as “Relações China-Brasil: agronegócio e segurança alimentar”, tratando sobre questões que aproximam os dois países comercialmente e politicamente, ao mesmo tempo em que o atual governo brasileiro faz ataques aos chineses, sobretudo em temas relacionados à Covid-19.

Participaram da mesa: **Raimundo Silva**, engenheiro agrônomo, consultor do Instituto Macuco e diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), foi superintendente do Incra no estado de São Paulo e representante da mesma instituição na Reaf-Mercosul; **Sérgio Sauer**, professor na Faculdade UnB de Planaltina (FUP/UnB), nos programas de pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (Mader), Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) e mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT); e **Walter Belik**, professor titular do Instituto de Economia da Unicamp, onde é membro do Conselho Acadêmico do Centro de Estudos sobre China, em parceria com o Chinese Academy of Social Sciences, e diretor geral adjunto do Instituto Fome Zero. A mediação ficou por conta do diretor-acadêmico da Sociologia e Política - Escola de Humanidades e integrante do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), professor-doutor **Eduardo Santos**.

Este e-book conta com a transcrição do conteúdo desse painel, que também está disponível em nosso canal no Youtube¹. Trata-se do quarto volume de uma série de e-books com o conteúdo de eventos realizados pela instituição, denominados Debates Contemporâneos². Esperamos que as reflexões apresentadas possam contribuir para encontrarmos soluções concretas para os problemas que enfrentamos enquanto sociedade, além de estimular a pesquisa e o conhecimento científico.

Abertura

Eduardo Santos: Boa tarde a todos e todas. Sejam muito bem-vindos a mais essa mesa do I Seminário Internacional “Direito e Economia Política Internacional: reflexões sobre a China contemporânea”, promoção do Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico, com o apoio de diversas entidades universitárias, de pesquisa, como a UERJ, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do Global University, da Federal de Viçosa, da Universidade Federal do ABC, Universidade de La Plata, Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e a Sociologia e Política – Escola de Humanidades.

Essa mesa, que eu vou ter o prazer de mediar, toma como tema “Relações Brasil-China: agronegócio e segurança alimentar”, quero reforçar aqui que a transmissão está sendo feita pelos diversos canais de comunicação. Inicialmente, agradecendo a presença dos três expositores e a presença de todo o público, por meio desses diversos canais, quero dar início então a essa mesa.

Rapidamente me apresentando, eu sou Eduardo Santos, professor e pesquisador da área de Educação, particularmente a temática de geopolítica do conhecimento, sou atualmente diretor acadêmico da Sociologia e Política – Escola de Humanidades. Temos compondo essa mesa os professores: Walter Belik, Sérgio Sauer e Raimundo Silva. Vou fazer então a apresentação já na ordem das exposições, ao lado da apresentação do currículo de cada um dos expositores, e vou fazer a síntese da apresentação que eles nos propuseram para esse debate a para essa mesa. Lembrando que cada um dos expositores terá vinte minutos, depois a gente abre para o debate com todo público, que pode fazer suas considerações, observações e questões pelo chat do evento.

Nosso primeiro expositor é o professor Walter Belik, professor titular do Instituto de Economia da Unicamp e diretor geral adjunto do Instituto Fome Zero. O professor foi coordenador da iniciativa América Latina e Caribe sem Fome, projeto sediado no escritório regional da FAO³, e membro do Consea⁴, entre 2003 e 2007. Participou da criação e

1 Relações China-Brasil: agronegócio e segurança alimentar. Disponível em: <<https://youtu.be/voENloSO0H8>>. Acesso em: 17 jun 2021. (n. r.)

2 Estão disponíveis na íntegra em: <<https://www.fespsp.org.br/debates-contemporaneos>>. Acesso em: 17 jun 2021. (n. r.)

3 Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. (n. r.)

4 Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. (n. r.)

coordenou o Instituto Confúcio, da Unicamp. Atualmente é membro do Conselho Acadêmico e do Centro de Estudo sobre China da Unicamp, em parceria com a Chinese Academy of Social Science.

A apresentação do professor Walter tem a seguinte ementa: durante séculos, a China conviveu com escassez de alimentos, pobreza e fome crônica. Apesar do seu grande território, a área de lavouras da China é reduzida e a agricultura camponesa, de base tradicional, sempre enfrentou grandes dificuldades para abastecer as cidades. Dois movimentos alteraram o quadro de segurança alimentar da China a partir dos anos 1980: o crescimento da indústria e as políticas de combate à pobreza. A garantia de suprimento de alimentos em escala global, passou a ser um tema fundamental para a estabilidade política do país nas últimas décadas, o que tem levado a um reforço na acumulação de estoques, apoio a produção e comercialização moderna. Então, é com base nessa ementa, que nós agora vamos ouvir o professor Walter Belik, a quem eu agradeço imensamente a participação neste nosso seminário. Professor, com a palavra. Muito obrigado.

Uma questão de segurança nacional

Walter Belik: Queria agradecer, em primeiro lugar, o convite da FESPSP e o professor Eduardo, para mim é uma grande honra estar aqui compartilhando dessa mesa com o professor Sérgio Sauer e com o professor Raimundo Silva; e o que nós vamos falar hoje é sobre a questão da segurança alimentar da China, mostrando essas dificuldades que a China tem, em termos de abastecimento e suprimento alimentar para sua população. Vou começar aqui fazendo uma rápida brincadeira. Existe uma expressão chinesa que é a *Ní chī le ma?*⁵ Normalmente é um cumprimento que se usa na China, é como perguntar para um brasileiro “Tudo bem aí?”, que quer dizer no fundo: você já comeu hoje?.

Isso mostra a importância que a alimentação tem na sociedade chinesa. O que diferencia as pessoas, o que traz o bem-estar é a alimentação. Se as pessoas comeram ou não comeram. Isso porque, certamente, a China, na história da humanidade, é o país que foi mais varrido pelo problema da fome. Existe uma estatística informal que diz assim: que até o fim do Império, que seria 1911⁶, aproximadamente nós tivemos 1 mil e 800 concorrências de fome crônica na China. Ou seja, praticamente uma a cada ano da história milenar que a China tem.

Mesmo depois do Império, durante a Guerra Civil, tivemos grandes problemas de guerras e crises alimentares que interromperam os suprimentos de comida. E aí, finalmente após a revolução, algumas políticas desastrosas levaram a problemas de fome, conhecido como “a grande fome chinesa”, que matou milhões de pessoas que não tiveram suprimento, (existem) relatos horríveis do que aconteceu na China durante esse período.

5 Cumprimento chinês que significa: você já comeu hoje? (n. r.)

6 Data da Revolução Republicana chinesa (n. r.)

Então, essa relação da fome está imbricada na preocupação que existe na China com relação ao suprimento e a garantir o suprimento, é um motivo de Segurança Nacional, é um motivo militar inclusive, de garantir que a China não tenha problema de suprimento. Vejam que a China tem 19% da população mundial, e apenas 7% da área agricultável do mundo. Problemas de recursos naturais e problemas de terras aproveitáveis para lavoura.

Se a gente olhar o mapa da China, dá para perceber que apenas a porção oriental, a parte leste da China, mantém uma faixa de terras férteis, próprias para o cultivo. Nós temos ao norte e a ao oeste um deserto, áreas geladas ao norte. Então, é muito difícil para a China manter uma população de 1 bilhão e 400 milhões de pessoas, com uma pequena franja do seu território produzindo.

Vamos voltar um pouquinho na história. Se a gente observar, essa era uma preocupação já desde os tempos imperiais. Ali, no século XIX, já se observava que havia um sistema de escoamento e abastecimento logístico das cidades chinesas, muito avançado. Todo sistema de canais irrigando o sumo produtivo ao norte mais populoso – ao norte onde estava a capital, inclusive – foi construído ao longo do século XI e XII. Esses canais foram sendo ampliados e foram sendo melhorados. O problema é que, a partir da crise do século XIX, muitos desses canais se tornaram inoperantes e com grandes dificuldades.

Nós tivemos a Revolução em 1949, e eu queria pensar bastante nesse aspecto. A Revolução Chinesa, do Mao Tsé-Tung, foi uma revolução camponesa, muito diferente da Revolução Russa, soviética, de 1917 e 1918. O Mao se apoiou na mobilização dos camponeses. E o grande exército foi construído com base em camponeses. Então, cabia a revolução, uma vez no poder, promover políticas que favorecessem os camponeses. Promover políticas que garantissem alimentação e garantissem bem-estar. Nós tivemos aí, depois de um período pequeno da revolução, o grande salto adiante, que foi uma tentativa de fazer a China avançar em termos da industrialização – e que cometeu diversos erros em termos de coletivização, erros técnicos e próprios também da corrupção e da burocracia que se implementou dentro do Partido Comunista, e que fazia que houvesse uma falsificação de informações e dados, e não se tivesse noção no nível de catástrofe em que estava se vivendo.

Em 1966, surge a Revolução Cultural e há uma tentativa de promover as ideias do partido, uma recentralização em torno dos desvios que ocorreram no período anterior. A Revolução Cultural também foi, de certa forma, um desastre. Mas houve uma mudança radical em termos do modelo de produção chinês, que, antes, estava baseado num coletivismo bastante abrangente, e passou a ter uma série de leis que voltavam ao velho sistema camponês de produção.

Se a gente for seguir uma sequência, tem um trabalho muito bom do Ye Jingzhong, que mostra que nós tivemos quatro fases, em termos da evolução da agricultura chinesa. Uma primeira fase até 1978, essa era do Planejamento. Depois, com a morte do Mao e a ascensão de Deng Xiaoping, reformas muito radicais no campo e implantação de um sistema já que levava em conta determinados aspectos da sociedade privada. Depois, uma preocupação, a política do Sannong, entre 1991 e 2004, que são as três dimensões da vida camponesa – nós vamos falar um pouquinho mais para frente. E, finalmente, a partir de 2005, com a revitalização da agricultura chinesa. Hoje, a agricultura chinesa pode ser considerada, talvez, a maior agricultura do mundo, superando em termos de quantidade (de produção) a agricultura norte-americana e, supostamente, a agricultura brasileira.

Sobre essa primeira Era do Planejamento, muito rapidamente, eu queria destacar essa questão do socialismo de base camponesa, ou seja, como aumentar a produção, como dar um salto em relação a produção, com o planejamento tendo uma base camponesa, considerando o individualismo camponês, inclusive, considerando todos os problemas da produção familiar. Se busca um incentivo muito grande à produção de grãos, principalmente o arroz. O arroz era a base da agricultura e da alimentação chinesa, e sua produção era um ponto de honra para a revolução.

Nesse sentido, o governo faz uma série de obras de infraestrutura que, até o rompimento com a União Soviética, em 1958 – depois da morte do Stalin, basicamente, e dos expurgos – entra em colapso. Isso porque boa parte da ajuda agrícola, inclusive, vinha da União Soviética, com tratores, com maquinários, com técnicos que se revezavam e que viam a agricultura chinesa como um grande desafio. Vejam que, nesse primeiro momento, se busca uma coletivização ao estilo soviético, mas uma coletivização *light*, no sentido de que se proibia a venda de produtos nos mercados, se proibia a imigração, mobilidade dos camponeses, mas de certa forma há o lote, que ainda era individual. O lote pertencia ao Estado, mas era concedido àquela família camponesa.

Não houve uma grande variação em termos de área de produção na China, entre 1949 e 2010, (são) em torno de 30 milhões de hectares de produção de arroz. Mas a produção deu um salto a partir da Revolução até 1954 e 1956, quando há uma descontinuidade, tendo em vista o rompimento com a União Soviética. Depois, a partir daí, há uma subida; e essa produção chega, nós vamos falar mais pra frente sobre isso, já nos 2000, a níveis bastante elevados de produção. Por exemplo, a produção de arroz, hoje, na China, está em torno de 210 a 220 milhões de toneladas. A produção de arroz no Brasil não passa de 10 a 11 milhões de toneladas. Então, vejam a desproporção que existe entre um caso e outro.

A partir de 1978, nós temos, em função dos vários desastres e das mudanças radicais que acontecem no Partido Comunista, uma mudança de orientação. Em primeiro lugar, acontece o fim da coletivização e a implantação desse sistema que revolucionou a agricultura chinesa, que é o *Household responsibility system*, que é um sistema onde se estabeleciam cotas ao camponês, ao produtor rural, e tudo aquilo que ele produzisse extra cota pertencia a ele, e ele poderia comercializar em feiras locais ou em mercados nacionais. Isso, tendo em vista o individualismo do camponês, acaba impulsionando a produção de uma forma muito rápida e muito radical.

Nós temos também a implantação das *Township and Village Enterprises* (TVEs), que são aquelas cidades eleitas para serem polos agroindustriais, ou polos industriais mesmo, em regiões remotas na China, o que acaba atraindo uma parte da população (e atraindo uma parte da produção agrícola, que não tem que escoar pelo país como um todo) e, finalmente, a estabilização do Sistema de Propriedade Rural. Eu estou chamando de propriedade, mas na verdade não é propriedade, é concessão de uso. Mas essa propriedade rural era concedida logo após a Revolução, por 5 anos, depois 9 anos, depois se renova por mais 9 anos, e, a partir das reformas do Deng, elas passam a serem praticamente da família, passam de geração em geração. Isso é muito importante porque houve uma redução da pressão em torno da ocupação da terra naquele período, dado o aumento do emprego urbano, então houve uma possibilidade de perenizar essa propriedade rural por mais tempo.

Em 1991, inicia-se essa política dos três *nong*, que quer dizer “agricultura” em chinês. Os três *nong* são a agricultura em si, o meio rural – ou seja, todo o entorno da agricultura, toda a infraestrutura, toda situação de hospitais, redes de escolas, etc – e os camponeses em si, o bem-estar dos camponeses. Então, dentro da filosofia chinesa, (existe) a ideia da reunificação dessas três faces da agricultura que não poderiam ser separadas: a produção, o meio rural e o bem-estar dos camponeses. Começa-se, também, uma política de subsídios, que mais tarde vai ser retirada com a entrada da China na OMC⁷ em 2001. Mas, de outra forma, se reduz a taxação, se libera preços e se permite que esse agricultor possa comercializar fora. Isso era muito importante porque sobre as costas da agricultura pesou toda captura de renda, que foi utilizada para promoção da industrialização em determinadas regiões.

Finalmente, em 2005, nós temos reformas muito próximas de reformas de países desenvolvidos, onde se estabelece rede de proteção social, por exemplo, para trabalhadores agrícolas ou camponeses, cobertura de saúde, habitação, auxílio funeral, que é uma coisa fundamental para os chineses. O auxílio funeral é até mais importante do que habitação. E, pouco a pouco, há a liberação desses camponeses, desses residentes no campo, para imigrar para a cidade. Evidentemente, tem um passaporte. A imigração não é totalmente aberta. Mas esses filhos de camponeses foram as cidades, o que acabou provocando também um outro problema, que é o envelhecimento do campo. Vamos chegar na Era Moderna, eu queria colocar aqui uma citação do Xi Jinping, mostrando como essa questão da segurança alimentar é um assunto de segurança nacional para o povo chinês: *the food bowl of the Chinese people must always remain firmly in their own hands*. Traduzindo em português, a frase é que a tigela de comida do povo chinês vai sempre se manter firmemente nas suas próprias mãos. A China não quer depender de países de fora para sua importação de produtos ou para sua produção. E nisso a gente pode discutir um pouquinho mais para frente.

Entre os anos 1960 e meados da década passada, a produção chinesa dá uma disparada e passa o ritmo de crescimento da produção mundial. Nesse ponto, a China se equipara, de certa forma, ao Brasil, em termos de aumentos de quantidade colocadas. Se observa também, no mesmo período, um aumento na produção de cereais (de 100 milhões toneladas em 1961, a mais de 600 milhões de toneladas em 2015). É um pouco complicado até comparar com o Brasil, porque no Brasil a gente usa a medida de cereais e oleaginosas, mas, de qualquer forma, nossa produção de cereais e oleaginosas, que vem batendo recordes a cada ano, esse ano deve chegar a 230 milhões de toneladas, enquanto que a produção chinesa, de cereais apenas, já superou as 600 milhões de toneladas. Com isso, houve uma redução radical no déficit alimentar, na fome chinesa. Aí nós temos uma medida da FAO, que é de calorias *per capita* por dia. Se percebe que, desde os anos 1990, a quantidade de calorias ou o déficit de calorias *per capita* por dia é extremamente baixa e chega a ser quase irrisória. Houve um novo momento da alimentação na China, hoje não há um problema efetivo com oferta de comida.

Nós temos o último dado da FAO que mostra esse triênio 2016-2018 com a prevalência de subnutrição em torno de 8 a 9% (na China), tendo caído de 16 para 8 a 9%. Vejam que 8 a 9% quer dizer mais de 100 milhões de pessoas que ainda estão em situação de subnutrição na China. Ao mesmo tempo que há uma queda de subnutrição, há um aumento na obesidade. Hoje, os níveis de obesidade na China saíram de 2% e já estão em torno de 7%.

7 Organização Mundial do Comércio (n. r.)

Lógico que isso não é nada, comparado com os países ocidentais. O último dado da FAO para o Brasil mostra a obesidade em torno de 25,8%, para vocês terem uma ideia. Mas, de qualquer forma, a redução da subnutrição criou outros problemas, que são esses problemas ligados à obesidade.

Eu gosto do gráfico de Aumento dos Níveis de Renda e Mudança nos Hábitos de Consumo⁸, porque ele faz uma comparação da quantidade de calorias per capita por dia que cada população de cada país acaba ingerindo, e nós temos três datas significativas: 1992, 2002 e 2014. Os campeões são os Estados Unidos, onde o consumo calórico está em torno de 3600 a 3700 calorias por dia. O Brasil está em torno de 3200 calorias por dia, aproximadamente. Mas o que se observa é que na China e em outros países relativamente fechados – como Mianmar, Bangladesh, países que não tinham relação comercial com o exterior, como o Vietnã – houve um salto a cada década, de mais 1 mil calorias per capita por dia a mais no consumo calórico dessa população. A FAO recomenda que o consumo calórico ideal esteja em torno de 2 a 2,2 mil calorias por dia. Esses países já sobrepuseram essa marca há algum tempo.

Há uma questão da redução da pobreza que tem muito a ver com este aumento no consumo de alimentos, obviamente as pessoas têm mais renda para consumir. Hoje, o nível de pobreza na China, calculado pelo Banco Mundial, está em torno de quase zero. No Brasil, tivemos uma elevação na década passada, e agora já estamos aí em torno de 11 a 12% em termos de pobreza absoluta. A estimativa da FAO, em termos de número de pessoas com fome, na China, após uma revisão – curiosamente é interessante que, após a entrada do diretor geral chinês na FAO, houve uma revisão nos dados de pessoas subalimentadas, e uma queda de 200 milhões de pessoas nessa estimativa nova da FAO.

Um dado que saiu no relatório recente da Oxfam mostra a questão da soja, do suprimento global de soja, e mostra como a China representa algo em torno de 70% da soja que é consumida no mundo; 60% da soja colhida no Brasil segue para exportação e 80% dessa exportação vai para a China. Então se é que há uma dependência em relação a exportações de países em desenvolvimento para importações chinesas, o que se observa é justamente que a dependência não é uma dependência bilateral, a China tem vários fornecedores diferentes ao longo do mundo, inclusive produz já em algumas partes do mundo, mas Brasil e outros países seguem com uma dependência crescente, em relação a esse mercado chinês.

Isso levou a adoção de uma agricultura cada vez mais produtivista para os padrões chineses, com um alto consumo de fertilizantes e pesticidas. Hoje, a China é o maior consumidor de pesticidas no mundo. Em termos de fertilizantes, dado o problema da fertilidade da terra na China, também é uma grande preocupação, inclusive há uma super adubação em algumas lavouras, o que acaba provocando problemas ecológicos e de sustentabilidade.

Eu peguei alguns dados para mostrar como essa produtividade chinesa é interessante e juntou um pouco com o espírito competitivo chinês de produzir resultados cada vez maiores. Vamos pegar o caso do leite. Nós temos o número de vacas e a produção das vacas em três momentos diferentes. No Brasil, como a gente sabe, nós temos uma produção por vaca, em torno de 2kg a 2,3kg (de leite) por dia (por vaca). Isso nem se compara com o que se observa em outros países, como, por exemplo, nos Estados Unidos, onde você tem

⁸ Elaborado pelo parecerista, a partir dos dados da FAOSTAT, que estão disponíveis em: <<http://www.fao.org/faostat/en/>>. Acesso em 17 jun 2021. (n. r.)

uma média de 10,5kg por dia, por vaca. Mas o que se observa é que, na China, se saiu de uma produção de 2,5kg em 2008 para 2,7kg em 2012, e agora em 2017 para 3,1kg de leite por vaca por dia. Com um rebanho de 18 milhões de vacas. Interessante isso porque não é muito da cultura chinesa consumir leite. No entanto, o leite está se disseminando na China entre os hábitos alimentares, e ela já é, hoje, um grande produtor de leite em termos mundiais. Hoje a China é o quinto maior produtor de leite do mundo.

Eu queria destacar, por último, o gráfico que mostra, no momento atual, a situação dos estoques de alimentos. Ou seja, a China não apenas produz, como mantém estoques de grãos, principalmente arroz, em níveis bastante elevados, tendo em vista esse espectro da fome e essa preocupação das autoridades chinesas em não ficar na mão do mercado internacional. O que a gente percebe aqui, no caso do arroz, é que a China participa com quase 60% dos estoques mundiais de arroz. A China tem estoques de arroz equivalentes a um ano de consumo. No caso do milho, temos também quase 60% dos estoques mundiais de milho estão nas mãos dos chineses, dado o papel das *tradings*⁹ e etc. E temos visto também estoques crescentes de trigo e soja.

Qual é a preocupação? A preocupação é não acontecer abalos como esses que nós estamos vivendo no Brasil e em outros países, que partiram para uma política liberal de não ter estoques reguladores. E aí ficamos na mão das variações do mercado e da especulação. A China tem capacidade de intervir rapidamente com estoques muito acima dos três meses recomendados pela FAO.

Quais são os problemas recorrentes dessa estratégia? Em primeiro lugar, o planejamento é *top down*¹⁰, não tem muita participação da população; e há uma preocupação muito grande com infraestrutura de escoamento. Uma preocupação grande em fazer da China um *hub*¹¹ não só de consumo, mas também de produção. Então, esse planejamento está levando a uma certa distorção em termos da produção. Com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, tivemos também uma alta dos insumos, o que levou a problemas de liquidez a esses agricultores chineses, assim como aos agricultores ocidentais.

Em função também desta corrida, por aumentos de produção, a China tem vivido problemas de escândalos alimentares, de contaminação de produtos, praticamente anualmente. Contaminação do leite na China foi séria; peixe; chá; carne bovina, vários escândalos, inclusive com a rede McDonald's; o porco, que tem um lado simbólico muito importante na alimentação chinesa, passa a não ter a confiabilidade que se imaginava. Não há monitoramento e controle, ainda há um esquema de corrupção muito grande das entidades que controlam e não há a participação dos camponeses nos projetos, que são aceitos passivamente. Esses são problemas que vão levar, necessariamente, a uma nova fase na China.

Finalmente, minhas conclusões são de que essa política chinesa de planejamento levou a um avanço muito grande da segurança alimentar e, ao mesmo tempo, provocou uma transição nutricional. O crescimento da agricultura chinesa, que hoje já é a principal do mundo, elevou uma redução enorme na dependência e isso pode até rebaixar preços internos e levar a problemas junto aos camponeses, que são a base da política agrícola chinesa.

9 Empresas de investimento e especulação financeira. (n. r.)

10 Vem de cima para baixo, é decidido por quem está no topo do poder. (n. r.)

11 Centro que conecta diferentes redes. (n. r.)

Os problemas de contaminação são enormes e o governo está atento para isso. Hoje, a China está tentando dar uma guinada importante em relação à sustentabilidade, reduzindo perdas e desperdício, reduzindo gastos de insumos que provocam gases de efeito estufa e mudando um pouco o perfil dessa agricultura.

Do lado do consumo, também há uma monopolização por parte de algumas estruturas de distribuição das FLVs (frutas, legumes e verduras) baseadas em grandes redes de supermercados, muitas delas estrangeiras ou de compras online, que são hoje controladas por grandes plataformas, do tipo Alibaba, que vem fornecendo alimentos para as cidades a custos bastante baratos. Bom, finalmente, a gente está observando aí uma trajetória que está levando a uma maior concentração na oferta agrícola e no abastecimento, levando talvez a problemas muito parecidos com aqueles que nós estamos vivendo no mundo ocidental. Eu fico por aqui. Obrigado.

Eduardo Santos: Professor Walter Belik, muito obrigado pela sua apresentação, dentro do nosso tema “Relações Brasil-China: agronegócio e segurança alimentar”, você nos deu um panorama histórico e nos trouxe questões mais atuais que impactam a produção agrícola, o transporte e as negociações da China com o resto do mundo. Isso já implica apresentar os impactos importantes que isso tem na relação com o Brasil, como o principal fornecedor, especialmente de soja, e as influências que isso gera no mercado internacional. Com certeza são questões que nós vamos explorar aí a partir das perguntas e das intervenções de quem está acompanhando esse seminário e essa mesa.

Gostaria agora de introduzir o nosso segundo expositor, professor Sérgio Sauer, que trabalha na faculdade UnB de Planaltina, a FUP-UnB, nos programas de pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, no Centro de Desenvolvimento Sustentável, e mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais. E o professor é bolsista do CNPq.

Uma síntese da apresentação, que ele nos traz aqui: a partir da geopolítica global e disputas com os Estados Unidos – primeira economia – a questão central é o papel e a influência da segunda maior economia do planeta, sua proposta de recriação da rota da seda na América Latina. Principal parceiro comercial do Brasil desde 2009 e 2010, a China tem papel central na economia do país, especialmente devido à demanda por commodities agrícolas e minerais. Essa demanda está aumentando nesse período pós-pandêmico, a medida em que a economia chinesa dá sinais de recuperação, resultando em impactos significativos na economia brasileira, e assim aprofundando uma reprimarização, que é o aumento da produção e exportação de commodities agrícolas, e fortalecendo o agronegócio monocultor. Feita essa apresentação, eu gostaria de agradecer ao professor Sérgio Sauer, a participação nesta mesa conosco, e conceder-lhe a palavra. Professor, obrigado, a palavra é sua.

A geopolítica

Sérgio Sauer: Obrigado, professor Eduardo, é um prazer compartilhar essa mesa virtual com o senhor e também com o Raimundo e o professor Walter Belik. Queria agradecer os organizadores da mesa em geral, nominando o professor Raimundo que assim nos colocou nesse espaço. Falar na sequência do professor Walter Belik facilitou bastante a minha vida, em função de que eu, justamente como o professor Eduardo acabou de anunciar, vou falar um pouco mais sobre essa relação entre China e Brasil. Portanto, um pouco menos sobre as questões da segurança alimentar interna na China, que o professor Walter já tratou com muita propriedade, então, nesse sentido, já facilitou bastante as minhas colocações.

Para início de conversa, é importante, estava ali anunciado, acho que não há como hoje falar em economia global, economia política, geopolítica, sem que a China seja efetivamente, e com muito cuidado, considerada como um ator chave, fundamental. É a segunda maior economia do planeta, tem 25% da população e etc, não vou repetir o que o professor Walter já colocou. Mas, e aí o meu primeiro alerta, é de que a gente não deve cair em algumas ciladas, o que é muito comum, especialmente nas disputas geopolíticas, em críticas a China, como se os problemas globais, por exemplo, de insegurança alimentar, fossem pura e simplesmente os chineses os culpados, ou a insegurança alimentar e aumento dos preços dos alimentos no Brasil, também fossem tudo culpa dos chineses.

É importante (lembrar que) esse país vai rapidamente, nos próximos anos, chegar à primeira economia mundial. Mas a abordagem que eu estou me propondo a fazer é colocar (a China) como um ator fundamental, mas não o único e nem o causador de todos os nossos problemas, por exemplo, como alguns levemente aqui no Brasil falam, que o vírus (causador da Covid-19) é chinês. Exemplo de como isso é, no mínimo, preconceito; e qualquer análise que se detenha nesse nível é no mínimo superficial.

Para embasar, um elemento que eu não coloquei na apresentação, mas acho importante, eu faço parte de uma rede de estudos que nós chamamos de BICAS, em inglês, Rede de Estudos Agrários Críticos dos Brics; começamos em 2013, em um encontro justamente em Pequim, na *China Agricultural University*, lá em Pequim, e fizemos vários encontros, algumas publicações, pesquisas e etc. O tema central não era tanto a China, mas os Brics¹², com uma ênfase da gente olhar cada um dos cinco países e sua influência regional. Então, a gente olhava, por exemplo, a influência do Brasil aqui na América Latina, mas sempre no espaço e no ambiente, na relação com os outros quatro países, particularmente com a China.

Eu queria resgatar três ou quatro elementos, o professor Walter já falou de alguns. Mas apenas para situar, assim, uma certa cronologia introdutória de alguns elementos que são fundamentais para a gente considerar quando se olha essa relação Brasil-China e a China como um ator global, como a segunda maior economia do planeta.

12 Grupo de países emergentes fundado em 2006, no qual hoje fazem parte Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Um deles é justamente aquilo que o professor Walter entrou um pouco mais a partir de 2005. Mas vamos dizer assim, na década de 2000, a virada do século, o governo central chinês tomou uma decisão que em inglês se chama de *going out*, é uma saída, uma maior inserção das empresas, dos bancos e do governo chinês na economia global. E isso mudou bastante o que vai, depois, ser a base das reformas que o professor Walter nos falava agora há pouco. Então, esse é um elemento chave, é uma mudança na estratégia geopolítica da China a partir de meados do século XXI. Inclusive por questões de necessidades, demandas internas, por exemplo de alimentos e etc – eu volto a isso depois.

Uma segunda data, que é bastante importante, é justamente por volta de 2009 e 2010, por tanto, já parte dessa estratégia de investimentos a nível global da China, que passa a ser o principal parceiro comercial do Brasil; mas não só do Brasil, mas também da Argentina e de alguns países do nosso continente. Então esse é um segundo elemento central, a partir de 2013, agora mais recente, com mais força, o que também o professor Walter mencionou, a tal da política de *One Belt, One Road*, (um cinturão, um caminho único) que é uma tentativa de reconstrução da famosa Rota da Seda, que foi fundamental no período imperial chinês. Mas, fundamentalmente, eu não vou entrar em muitos detalhes sobre isso, a preocupação geopolítica da China em termos da relação envolve mais de 70 países. Mas (tem também) a relação da China com o seu entorno, com o continente asiático. O país tem uma preocupação bastante importante e um cuidado bastante importante com os seus parceiros no continente asiático.

Então, agora mais recente, uma terceira ou quarta data importante é 2019 e, mais particularmente, janeiro de 2020, a chamada fase 1 do acordo Estados Unidos-China. Não dá para a gente falar em termos dessa geopolítica global sem esse acordo assinado como primeira fase em janeiro de 2020, que deveria durar dois anos. Bom, mudança de governo (nos Estados Unidos), não é mais Trump, é Joe Biden; não sabemos exatamente como vai se dar a continuidade desse acordo. Mas, em todo o caso, foi fundamental naquele momento – pré-pandemia, inclusive – porque diminuiu sensivelmente as ameaças em torno de uma guerra comercial promovida fundamentalmente pelo Trump, que buscava formas de justificar o desempenho pífio da economia norte-americana sobre o seu governo.

Mas o que é importante, e agora vamos indo em direção ao que isso tem a ver com o Brasil e também com a América Latina, é que, entre os itens acordados nessa primeira fase, que deveria ser 2020 e 2021 (dois anos), um deles é que a China se comprometeu a dobrar o consumo, a compra e a importação, portanto, de serviços e mercadorias dos Estados Unidos, alguma coisa em torno de 200 bilhões anuais em compras. Por causa da pandemia, a China está muito distante disso, segundo as últimas análises macroeconômicas. Mas um item – e aí vamos na direção do agronegócio e da segurança alimentar no Brasil, um dos poucos itens em que nesse acordo, nessa primeira fase desse acordo, a China chegou próximo de 2020, digamos assim, cumprir a meta – foi a compra de produtos agrícolas norte americanos, em torno de 75% da meta estabelecida, a China comprou.

Os outros itens, como, por exemplo, mudanças na política de produção intelectual, mudança – como o professor Walter falou agora há pouco – em alguns itens da chamada biotecnologia agrícola, são chave nesse tal do *Going Out*, especialmente na segunda década do século XXI. E a questão da política cambial chinesa e a internacionalização da moeda faziam parte dos acordos, que estão engatinhando com a mudança também no governo norte-americano, com a eleição do Biden, e ainda está em suspenso. Está mantido o acordo, mas o que vai se ampliar, o que vai se renegociar, ainda está por acontecer.

Bom, por que eu menciono, e é fundamental, a gente ter esse acordo da China? Porque nós estamos falando primeiro das maiores economias do planeta, portanto, todo o debate em torno da geopolítica não tem como deixar isso fora. Mas, associado a isso, é sempre muito importante a gente entender que a China, mesmo sendo a segunda maior economia do planeta, não a primeira, é o maior credor da dívida pública norte-americana. Portanto, os Estados Unidos têm uma dependência, hoje, astronômica em termos econômicos monetários, da própria economia chinesa. Seja em termos financeiros, da política cambial, seja do ponto de vista de consumo.

Um segundo elemento que é importante: não dá para a gente fazer nenhum debate conjuntural, mas também estrutural (sem ponderar que), e aqui eu abro um parêntese novamente, a China, a cultura chinesa em geral e as estratégias políticas chinesas são reconhecidas internacionais por não pensar conjuntamente, mas pensar em séculos, portanto, o planejamento do Estado chinês, é de 4 ou 5 décadas para frente, se não um século. É importante a gente considerar a conjuntura da pandemia e a retração da economia global. Mas os chineses sempre pensam e planejam várias décadas para frente. Portanto, aquilo que o professor Walter nos dava no final da fala sobre estoques reguladores, por exemplo, está dentro dessa cultura política chinesa de pensar a médio e longo prazo.

Ainda nessa relação, passando mais para o Brasil, é importante que, desde 2012, a China declarou o Brasil como um parceiro prioritário geral. Portanto, para vocês terem uma ideia, 50% de todos os investimentos chineses no continente sul-americano, a metade, estava no Brasil nos últimos 10 anos. Há uma influência forte da China, especialmente como consumidora e importadora, mas também, vamos dizer assim, exportadora de produtos industrializados. Alguns países são chaves e o Brasil é um deles. Para vocês terem uma ideia, então em torno de 50% do que os chineses aplicaram em termos de investimentos – não em empréstimos, que é outro elemento – estavam localizados no Brasil. E, eu disse antes, em torno de 1/3 de tudo que o Brasil exporta anualmente, tem o mercado chinês como comprador. Desse 1/3, a metade é produtos agropecuários. Estou dando esses dados, o professor Walter já falou um pouco disso, para associar com o tema da insegurança alimentar no Brasil.

Mas aí é importante aquilo que eu disse antes: a China é o principal parceiro comercial, é um ator global, mas os nossos problemas de insegurança alimentar e fome no Brasil não se devem as importações chinesas, somente, nós temos de considerar então que, associado a crise da pandemia e a crise sanitária – que o Brasil e o mundo vem vivendo, mas o Brasil em particular – tem três elementos que a gente precisa considerar nas análises da situação de insegurança alimentar de um percentual importante da população brasileira.

O primeiro deles, que é anterior a pandemia e isso é fundamental: os níveis recordes de desemprego. Nós sofremos com o desemprego a partir de 2016 e 2017, batendo níveis históricos. Associado ao desemprego, a queda da renda da população; esse é um elemento chave que a pandemia só potencializou, só aprofundou. Mas ele é uma chaga social e econômica anterior à pandemia que somente agravou a situação. Então esse é um primeiro elemento que é preciso considerar.

Apesar do ministro da economia dizer que não tinha nenhum problema o Brasil ter um dólar, um câmbio, valendo 6 reais, um segundo elemento chave da insegurança alimentar no Brasil é o preço do dólar. Por duas razões, e eu não vou aprofundar porque não sou economista: uma delas é que, com o câmbio favorecendo, empurra os setores, especialmente

produtor de alimentos, de uma maneira geral, para exportação; associado a um aumento significativo dos preços a nível nacional, não só porque o Brasil importa também, apesar de ser produtor de alimentos, mas também porque, com o câmbio valorizado, os produtos tendem a subir de preço. Então temos alimentos mais caros. A insegurança alimentar no Brasil, no momento, tem em uma das raízes os alimentos mais caros.

E o terceiro, associado ao preço do dólar, é – e também a própria crise ocasionada pela pandemia – o novo boom nos preços das commodities agrícolas e minerais. Tem um debate se esse novo boom, que é um aumento significativo, no mercado internacional, das matérias primas, soja, petróleo, minério de ferro, e por aí vai. Tem um debate se, como aconteceu em 2008 e 2009, até 2014 e 2015, se esse boom é mais curto ou se ele será mais longo, no sentido de um novo ciclo de aumento ou de preços altos nas commodities. Mas esse terceiro elemento empurra setores agroalimentares brasileiros a exportar, por exemplo, carnes. Portanto, tanto aqui aumenta o preço, como falta no mercado internacional; e é um dos motivos da insegurança alimentar. Então, são pelo menos esses três elementos que são chaves. Esse terceiro, obviamente, está bastante vinculado ao fato da China ser uma importadora de alimentos, mas não só a China.

Por exemplo, o fato dos Estados Unidos e da China serem novamente os dois primeiros países a começarem a dar sinais de recuperação econômica pós-pandemia, da pandemia para fora dela, fez com que a China começasse a comprar novamente mais produtos brasileiros. Mas não é só. O professor Walter falou antes da suinocultura. A principal fonte de carnes na China, desde a revolução, é a carne suína. Só que, com mudanças internas, a China começou a importar mais ração – especialmente soja, mas também milho – para ração animal em grandes fazendas, quando antes era distribuído em pequenas propriedades. Em 2019, houve uma nova crise na suinocultura, com a doença de uma parcela significativa do rebanho de suínos na China. Portanto, o país ampliou a importação de carne suína, inclusive do Brasil.

Esses seriam alguns fatores, dessa nossa insegurança, e eu não vou voltar ao que o professor Walter já disse antes, que eu chamo de uma preocupação de Estado chinês, a questão da segurança alimentar da população chinesa. Não só porque um quarto da população mundial está no país, mas pela história que o professor Walter já bem resgatou para nós. Mas, associado a essa preocupação estratégica com a disponibilidade e a segurança alimentar no país, que a China já vem há algum tempo – e a pandemia aprofundou essa preocupação de diversificar as suas fontes de produção de alimentos.

Então, não só com a compra, por exemplo, da soja norte-americana – que é parte do acordo que eu estava mencionando antes – mas também a China vem fazendo tratativas para ampliar os produtores de soja na África e na Rússia. Como a Rússia vem em um processo grande de perda no setor agrícola, existem terras disponíveis e os chineses, desde 2016 e 2017, vem incentivando, inclusive, a migração do investimento chinês em terras na Rússia e o cultivo de soja, trigo e outros grãos. Bom, então, só para deixar claro essa importância.

Eu, rapidamente, vou falar sobre a influência, agora um pouco mais claramente, da China na nossa insegurança alimentar. Primeiro, não só, infelizmente, o Brasil voltou para o mapa da fome da FAO, que tinha saído recentemente. Mas também, inclusive, o consumo alimentar médio caiu significativamente. Por exemplo, o consumo de carne foi 14% menor em 2020, do que nos anos anteriores. É um recorde histórico. É a maior queda no consumo de carnes no Brasil nos últimos 25 anos. Uma (das causas) é aquilo que eu dizia antes:

o aumento do preço da carne, de 50%, em média, dos preços a nível nacional, em função daquilo do aumento da exportação por causa do preço do dólar, por causa da maior demanda e, portanto, do aumento dos preços no mercado global.

O Brasil bateu recordes na exportação de carne suína, em função da crise na China; mas não só a China comprou muita carne, mas também outros países da Ásia, como, por exemplo, a Indonésia, e outros países também compraram mais carnes do Brasil. A Indonésia aumentou em mais de 6% a compra de frangos do Brasil, e a China aumentou em 15%, ou seja, o setor de carnes vem ampliando a sua exportação. Mas o preço das carnes no Brasil não aumentaram apenas em função das exportações, também a base da ração animal no Brasil, que é o milho, teve aumento significativo (nos preços). O que eu estou tentando dizer aqui é de que há sim uma influência, por causa da geopolítica global e por causa das importações chinesas, sobre a nossa insegurança alimentar, mas tem de considerar de que é um dos elementos no conjunto de elementos políticos e econômicos que levam a essa insegurança alimentar brasileira. Claro, a China derrubou as tarifas de importação de açúcar do Brasil em 2020, mas isso é em função das tarifas e não necessariamente porque os preços aqui subiram em função da maior demanda chinesa.

Para fechar, esse é o último tema, a questão da segurança alimentar e a questão da exportação de produtos primários, a gente chama de commodities, matérias-primas. E, aí sim, é importante dizer que a China não foi responsável pela reprimarização ou pelo aprofundamento da retração da indústria brasileira. É uma opção histórica, da qual não é com a entrada China ou da relação na balança comercial Brasil-China, que o Brasil, que a indústria e outros setores vem perdendo espaço para o setor primário, especialmente a agricultura, mas também a extração mineral e a exportação de minério de ferro, por exemplo, ou mesmo de petróleo cru.

Em torno de 34% de todas as exportações brasileiras foram pra China, praticamente um terço de tudo que o Brasil exporta, e essa é a grande dependência (que temos) para a China – o Brasil exporta menos de 15% para os Estados Unidos, apenas para vocês terem uma ideia. E destes 34%, 46% são de exportações agropecuárias. Então, essa é uma questão.

Quando colocamos a China como um ator global, uma questão é a dos investimentos. E o professor Walter nos falava: há uma preocupação, cento e poucos projetos de investimentos da China no Brasil, a esmagadora maioria deles estão na área de infraestrutura, eletricidade, mas também de novas tecnologias, como a questão do 5G. Então, o Brasil importa produtos com alto valor agregado e exporta com baixo valor agregado, nessa relação desigual com a China. Mas outra questão chave é que, esse sair da China não é só em termos de investimentos, o outro grande braço da atuação chinesa como um ator global é no setor de empréstimos. Para vocês terem uma ideia, eu disse antes, a China é o maior credor da dívida pública americana, mas é também de vários países na América Latina. Em termos de empréstimos, a China de novo tem uma questão de longo prazo. Ela não faz empréstimos, em geral, pensando na dimensão monetária, mas é o que se chama na geopolítica de dinheiro por óleo, *money for oil*. No caso brasileiro não é só petróleo. Por exemplo, em 2009, a Petrobras teve um empréstimo chinês de 10 bilhões em troca de pagamentos em petróleo ao longo de algumas cláusulas. Então, uma outra área de atuação forte, na questão da geopolítica, é o fato de que a China vem fazendo empréstimos e, de novo, à exceção da Venezuela (petróleo), o Brasil é o principal destino desses empréstimos desde 2005 no continente.

Do ponto de vista da geopolítica, são planejamentos de médio e longo prazo, que têm impactos significativos sobre a economia de países como o Brasil, como eu disse antes, em um processo de diminuição da importância nacional da indústria e aumento dos setores primários, com a exportação de produtos como: madeira, minério de ferro, soja, carne bovina, carne de frango, assim por diante. Portanto, itens que são também da nossa dieta alimentar, aí a relação com a insegurança alimentar. Fico por aqui se depois tiverem questões. Obrigado, professor Eduardo.

Eduardo Santos: Agradeço o professor Sérgio Sauer, a importância da sua fala vai nos aproximando, a partir dos termos da relação econômica, das questões mais diretamente geopolíticas. Há muito debate a se fazer em torno disso, obviamente, e esse debate nos propõe o futuro, de certo modo, o futuro das relações. Mas esses são temas para as perguntas aqui de todos que estão nos assistindo, participando desse debate, e depois para futuros encontros, que eu gostaria de organizar com vocês lá na nossa escola, a Sociologia e Política.

Eu gostaria agora, então, de fazer a apresentação do nosso terceiro expositor dessa tarde, deste painel “Relações Brasil-China: agronegócio e segurança alimentar”, o professor Raimundo Silva, que é engenheiro agrônomo, atualmente consultor do Instituto Macuco, e diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária, seu mestrado é em Desenvolvimento Econômico, pela Universidade de Campinas, e o doutorado em Desenvolvimento Territorial e Ambiental, pela Uniar. Raimundo Silva foi superintendente do Incra, no estado de São Paulo, e representante dessa mesma instituição no Reaf-Mercosul. Atualmente, ele está conosco aqui na Sociologia e Política – Escola de Humanidades, como pesquisador na Cátedra Celso Furtado, dirigida pelo professor William Nozaki, e no grupo de pesquisa correspondente, que é o grupo de pesquisa Estado e Desenvolvimento.

Vou ler aqui o texto de apresentação da fala do professor Raimundo, em seus termos: o agronegócio, via meios midiáticos de massa, adquire a representação de um progresso técnico na agricultura, fazendo crer ser um setor moderno, uma imagem de produtor progressista, na produção de alimentos, na sustentabilidade ambiental e na geração de divisas externas. No entanto, a estratégia de acumulação capitalista no território rural, amarrada por uma estrutura financeira, se desdobra na dependência da produção nacional ao capital estrangeiro e até na mercantilização da terra. Com o governo operando de forma precisa na reorganização da agricultura, umas vantagens comparativas naturais, sem mais vínculos com a indústria, de modo que se retorna ao modelo primário exportador. Do ponto de vista territorial, os frutos do agronegócio, associados ao grande capital global, não levaram ao desenvolvimento rural. Ao contrário, a riqueza foi apropriada privadamente, e os problemas agrários e ambientais socializados à nação, acentuando traços estruturais do subdesenvolvimento e da dependência nacional. Essa é a ementa da apresentação do professor Raimundo Silva, que tem a palavra agora. Obrigado professor, por sua participação.

Relações comerciais

Raimundo Silva: Boa tarde, Eduardo. Gostaria de te agradecer, e também ao William, pela oportunidade de participar desse painel, junto com amigos que também são meus professores, e (possuem) uma bibliografia que eu preciso sempre estar atento às suas publicações, tanto do Belik, quanto do Sérgio Sauer. Além de amigos, são queridos, são meus professores e minha bibliografia. A minha fala vai descer um pouco a lupa, saindo desse plano mais geral que o Sauer e o Belik apresentaram, para uma questão mais do está ocorrendo na relação contemporânea Brasil-China, no território nacional.

A primeira coisa a ser levantada, e já foi manifestada pelos professores antecessores, é que a China, a partir de 2013, passou a ser o principal destino dos produtos agrícolas brasileiros, mas esse destino é uma pauta bastante reduzida: 70% da soja brasileira exportada vai para a China; é um grão-ração, ela vai para produzir ração. E o outro lado são carnes. Então, a pauta de exportação para a China, no seu grosso, se resume à soja. Claro que tem também produtos florestais, açúcar e álcool, e outros produtos. Mas o grosso do que é exportado, é a questão da soja e, hoje, mais recentemente, explicado pelo professor Sauer, entra a questão da carne.

Só para se ter uma ideia, em 2020, 38% das exportações totais foram para a China. A China foi responsável por 70% da balança comercial brasileira. Bom, tais dados mostram que há uma relação exitosa de complementaridade entre a China, entre a política de segurança alimentar da China, e as exportações brasileiras. Isso nos expõe duas questões: o Brasil não diversifica e nem agrega valor à sua pauta de exportação. Atualmente, esse é o formato, por mais que se fale nas mídias que o agronegócio quer se mostrar como um setor moderno, industrial, quando vai se verificar a pauta de exportação, se verifica que é o que o Sauer falou, um modelo primário exportador.

Então, o processo de acumulação de capital do agronegócio tem por efeito causal a demanda externa e não mais – como nos anos 1980 e 1990, chegando um pouco na década de 1970 – a colação de capital não se dá pelo progresso técnico, criando a demanda interna e a demanda externa. Hoje, ele está centrado no processo de acumulação de capital, na agricultura brasileira, na demanda externa. A segunda questão é que esse processo de modelo exportador primário se deu por políticas públicas que visavam obter respaldos na balança comercial. Então, a partir das crises, principalmente a crise de 1999, o Brasil começou cada vez mais a exportar commodities para saldos na balança comercial. E toda política do Estado voltou-se para isso. O Estado foi um condensador dessas necessidades para se construir esse modelo primário exportador que é a atualidade do agronegócio. Esse modelo foi criado para aproveitar, o que o Sérgio já colocou, o boom das commodities, que foi principalmente dado na década de 2000.

Mesmo nesse momento, que as commodities crescem, elas ainda estão aquém do patamar dos preços que se chegou, principalmente com soja, no boom das commodities. Outra questão que é importante discutir é a questão da commodities, o que ocorre nessas últimas décadas com a commodities. Além de ser um produto do mercado global,

o boom das commodities começa a atrair grandes instituições de investimento especulativo, com a BlackRock, o Citibank, e outras instituições financeiras, elas vão, nesse boom, atrás dos contratos e dos derivativos das commodities. Então, a partir dessas últimas décadas, os preços das commodities passam a ter uma dinâmica especulativa. Não só ela tem a discussão da oferta e demanda, mas também ela tem um componente agora, que é a dinâmica dada pela especulação rentista, dada por essa entrada dessas instituições financeiras.

Então, hoje, as commodities, além de serem um bem de mercado global, também têm, na sua composição de preços, a questão da dinâmica especulativa. Outra questão, que também está ocorrendo com o país, é que, cada vez mais, a cadeia de suprimento de insumos – que são os produtos como adubo, veneno, máquinas, essa agricultura, 4G, 5G – está na mão de oligopólios bastante concentrados. E, do outro lado, a comercialização dos produtos agrícolas também está sendo comandado por oligopólios. Então, há um processo de concentração a jusante e a montante, da produção primária. Podemos caracterizar a produção primária aqui, com base no latifúndio e na monocultura.

Portanto, há um processo de concentração brutal, tanto dos recursos fundiários, quanto da cadeia de suprimentos e da cadeia de comercialização dos produtos agrícolas. Esses oligopólios têm dimensão transnacional, são empresas globais. Eles têm a capacidade de definir os preços da produção, manipular a oferta e os preços de consumo, e atuam ainda nas flutuações rentistas dos preços das commodities. Eles também têm uma estrutura para atuar no mercado financeiro, onde está também a oferta de commodities.

O processo hoje da produção agrícola nacional, dada, chamada, denominada de agronegócio, está completamente dominada, tanto a jusante, quanto a montante, por oligopólios de caráter mundial, são empresas globais, conhecidas também como *traders*. Aqui no Brasil, só para citar um exemplo, um grupo de quatro empresas domina o processo de comercialização global das commodities; e a questão dos insumos, toda a produção dos insumos, se dá hoje não mais no território nacional e, portanto, é um processo de importação feito a partir da produção e da concentração do oligopólios. Portanto, o processo produtivo atual é dependente da economia global.

Como que a China se coloca nessa questão? Como o Sauer e o Belik falaram, a sua política de importação está centrada na questão de segurança e soberania alimentar. A China cria uma estrutura própria para fazer essa questão da comercialização dos produtos a qual ela tem interesse. Por exemplo, o Sauer falou da liberação das cotas do açúcar na China. É de bastante interesse da própria China, porque ela hoje tem empresas que dominam o setor canavieiro. Aqui, principalmente na região que eu moro, Araraquara (São Paulo), ela tem duas empresas perto de São José do Rio Preto, que são empresas ligadas a Cofco, que é a maior empresa pública chinesa, mas tem um comportamento muito semelhante às grandes *traders*.

Além de fazer toda a comercialização, a China detém hoje a maior parte da comercialização da soja no país. Além de fazer toda a logística de exportação, ela também faz um processo de diversificação, de acordo com as suas necessidades; e o seu movimento aqui no Brasil é muito semelhante ao de grandes *traders*. Portanto, quando se fala que o Brasil exporta, a gente tem de por isso com muito cuidado, porque hoje, toda a exportação, ou está nas mãos das *traders*, ou está nas mãos dos chineses, sendo que na soja a maior parte está nas mãos dos chineses, da Cofco.

Há um processo em que a produção nacional tem hoje uma subordinação a esse oligopólio, porque, também, só para vocês terem uma ideia, a produção de grãos já está comprometida até 2022. Então, existe uma antecipação de safra, e ela funciona não só no processo de comercialização, como também no financiamento e no crédito da produção, tendo como contrapartida a garantia de safra. Há um processo onde os chineses aqui no Brasil tem claro o que eles estão querendo, enquanto os objetivos no Brasil são ganhos conjunturais, principalmente do setor primário; e no investimento da venda de ativos, porque a China, também, em um primeiro momento, comprou terras aqui no Brasil, depois a legislação agrária deixou os investimentos chineses indecisos, e ela vem mais atuando na questão da logística e distribuição da produção.

Portanto, o que nós vemos claro hoje aqui no Brasil? Que os interesses chineses estão abertos e colocados. O agronegócio está associado às grandes capitais, a China criou uma estrutura própria e atua aqui. Essa atuação também está sendo distribuída na América Latina, como o Sauer falou, na África e em outros lugares. Essa postura que a China tem, de assumir a logística e investir na mercantilização de mercados e terras, está presente no Brasil e em outros lugares. Portanto, há uma fragilidade e há uma dependência cada vez mais acirrada do nosso território, tanto em termos de mercado de terras, quanto da geração de divisas, porque essa geração de divisas está sob o controle de oligopólios. Enquanto a relação com a China, cada vez mais nos últimos anos, é estritamente comercial, não faz o que antes existia; tanto que na década de 1990, começo de 2000, foi criado uma comissão Brasil-China na nossa diplomacia. Mas isso, cada vez mais, foi abandonado. Nós não temos relações bilaterais com a China mais, nós temos relações de comércio, e essas relações de comércio são feitas pelo setor privado, oligopolizado.

Então, o que tem servido para o Brasil? Do ponto de vista territorial, cada vez mais, há um processo de destruição dos nossos recursos naturais, dos biomas; e, por outro lado, cada vez mais, uma redução no emprego. Também nesse processo se dá a base do latifúndio, as outras partes de ocupação da terra no Brasil estão excluídas. Então, toda riqueza é apropriada por um setor privado e externo; e toda a questão social e ambiental é socializada com a nação.

Essa abundância de divisas não é apropriada no país para geração de empresas indutoras de desenvolvimento, ela é uma apropriação privada e externa. E isso tem um custo. Porque, hoje, o preço das commodities, dos alimentos, estão cada vez mais dependentes de processos de importação. Portanto, a taxa de câmbio é fundamental para a produção da cebola, a produção do arroz e a produção do feijão. Então, esse processo, hoje, do agronegócio – esse sistema produtivo do agronegócio – além de ocupar áreas da alimentação, está trazendo uma composição de preços na forma especulativa e que a taxa de câmbio passa a ser importante na questão da segurança alimentar, principalmente na questão do acesso ao alimento.

Por outro lado, você tem cada vez mais um processo, só para ter uma ideia, de 2011 a 2020, o preço de commodities caiu, então o que fez com que o ganho desses produtores fosse acima, estando no auge? A taxa de câmbio, que segurou a renda da produção primária. Portanto, este processo precisa ser mudado, esse processo de fatalidade, que está nos levando, cada vez mais, a perder os recursos naturais e, por outro lado, acentuando a questão do trabalho, porque, nessa última década, 1 milhão e meio de pessoas foram demitidas do meio rural. Portanto, as outras formas de produção, principalmente a camponesa e a quilombola, estão cada vez mais acuadas porque a expansão mercantil da terra, do mercado de terras, está chegando cada vez mais aos limites de um processo de estrangeirização.

As últimas ações deste governo têm levado a um processo de mercantilização, onde o capital externo vem participando cada vez mais da compra de terras neste país. Portanto, cabe uma pergunta, porque a questão da política chinesa, ela não fica restrita somente a você garantir a segurança alimentar. Ela também tem uma política externa que enfatiza, cada vez mais, o ganho e ganho. Quer dizer, a China é um país em desenvolvimento, apesar da sua potencialidade de ser uma das maiores economias do mundo, ela ainda é uma economia em desenvolvimento. Como o Belik falou, tem uma série de questões da pobreza e da segurança alimentar, ainda a ser enfrentada pela China. Portanto, a China tem uma política para os países em desenvolvimento em que a questão é de um ganha e o outro ganha, a reciprocidade, entre o desenvolvimento de um e de outro.

A China tem, cada vez mais, levado a possibilidade, como o Sauer falou, de você ter investimentos nos países. Ela tem uma política, ultimamente, que é a nova rota da seda. Essa nova rota da seda possibilita uma forma de uma política multilateral, bilateral e também no caráter que todos ganham, porque isso que eu acho interessante e pode ser uma possibilidade se o Brasil abrir a discussão para além de uma relação estritamente comercial. A China, hoje, na América Latina, tem relação de investimentos na rota da seda, que são investimentos no campo produtivo, com quase todos os países na América Latina, o Brasil não tem essa relação. Então, eu acho que ela nos possibilita uma coisa que me lembra muito Celso Furtado, que é a possibilidade do capital externo enquanto indutor de um processo de desenvolvimento interno voltado para o desenvolvimento social e econômico do país.

Então eu acho que, enquanto perspectiva, a China hoje coloca para o Brasil duas questões, ou se mantém essa relação frágil, a qual a China tem vários fornecedores e não só o Brasil, e ela tem uma estrutura própria de captação desse excedente e dessa produção brasileira; ou podemos ter não só essa relação, como também estabelecer relações bilaterais com a China na busca do desenvolvimento. Fico por aqui e aguardo as questões.

Eduardo Santos: Professor Raimundo, muito obrigado. Você traz, das falas anteriores, os impactos que acontecem no território brasileiro, destacando essa suprema contradição que é o fato de uma economia em desenvolvimento, que já passa a ser um termo que não tem muito sentido, porque a rigor toda a economia está em desenvolvimento. Mas como esse processo é capturado pela rede internacional de controle e de circulação de capital, em um sistema financeirizado mundialmente, globalmente financeirizado, que gera commodities e não investimentos produtivos.

Então, agradecendo novamente o professor Raimundo e todos que o antecederam, eu queria só fazer uma nota antes de passar para as questões, que já estão devidamente sintetizadas pelo professor William Nozaki, que é um agradecimento justamente ao professor William Nozaki, coordenador da Cátedra Celso Furtado, na Sociologia e Política – Escola de Humanidades; e pelo fato de que ele foi o principal articulador dessa mesa e da participação da nossa escola nesse seminário internacional. Da mesma maneira, agradecer também ao programa de pós-graduação em Direito e Política Econômica. Vamos às questões.

Outras questões

Eduardo Santos: Eu vou fazer as questões de maneira bem quadradinha, elas foram sendo feitas na medida em que os expositores terminavam suas falas. Então nós vamos começar na ordem das falas feitas. Claro que as respostas vão acabar se entremeando e aí vocês poderão se referir uns aos outros complementando e dando mais precisão as respostas.

Questões que foram encaminhadas depois da fala do professor Belik, pergunta de Marco Aurélio Reis: professor, na China a terra é propriedade do Estado ou das famílias? Pergunta muito objetiva que ele faz, e agrega a essa pergunta se: existe comercialização de terras agrícolas na China? É possível um estrangeiro comprar terras na China? Esse é um conjunto de perguntas de Marco Aurélio Reis. Eu vou fazer mais duas questões, aí o senhor responde em bloco. No 14º plano quinquenal na China, são notáveis as estratégias de fortalecimento da agroindústria, como isso pode impactar as exportações brasileiras? Essa é a pergunta da Luana Kawamura, que também tem uma segunda pergunta: como a China encara a questão da sustentabilidade dentro do agronegócio e como o aumento da liberação do número de agrotóxicos no Brasil pode trazer prejuízos ao nosso país nas exportações para a China? Por fim, pergunta do Ranieri: A China é titular dos registros de 65 dos 470 agrotóxicos autorizados pela Anvisa, líder mundial em produção de agrotóxicos, a China pode ter uma predominância ainda maior no mercado brasileiro? Então, começemos com essas questões dirigidas ao professor Belik. Depois passamos aos outros.

Walter Belik: Vou tentar responder pontualmente. Eu agradeço as questões. Vou começar pela última, que o Eduardo ficou até espantado de ouvir, que a China é o maior produtor de agrotóxicos no mundo. Talvez não seja o maior produtor, mas tem controle sob as empresas que produzem agrotóxicos. Então a China hoje é uma potência em termos de produção de agrotóxicos. Ela está imbricada nesse pacote tecnológico interessante. Isso nos leva também a algumas questões que foram colocadas pelo Sauer e pelo Raimundo, de que, na verdade, quando a China compra terras, é para implementar o modelo de agricultura extensiva, não é para fazer agricultura camponesa não, eles querem produção e querem o agronegócio do jeito moderno, não diria moderno, mas no jeito produtivista.

Respondendo muito pontualmente, a terra é propriedade do Estado chinês. A China é um país comunista ainda, controlado pelo Partido Comunista. Os camponeses têm o direito ao uso, têm uma concessão de uso dessa terra. Uma concessão, às vezes, até geracional, que passa de geração a geração. Portanto, é praticamente impossível, eu não conheço nenhum caso de estrangeiros comprando terra na China. Esse é um assunto delicadíssimo, muito complicado. E a China usa isso como uma arma de planejamento. Como eu falei, o fato de a China ter prorrogado o direito de uso em alguns anos, desses camponeses, permitiu que eles tivessem uma certa liberdade em relação a adotar políticas de planejamento que a China já estava pensando há tempos, então isso é interessante. Concordo totalmente com o Raimundo, quando ele mostra que, na verdade, a ascensão das *trading companies* chinesas, o efeito da China na comercialização, talvez seja mais importante até do que da produção. A China talvez tenha se dado conta de que produzir não é tão importante assim.

Mas uma *trading*, global, como o Raimundo falou, que financia os agricultores, tem um aspecto financeiro, faz uma compra antecipada, adianta capital, trava cotações, tem uma importância estratégica impressionante porque, além de controlar os fluxos de grãos e de commodities em termos mundiais, tem uma influência grande sobre as cotações. O Sérgio acho que pode falar mais sobre isso, mas na época dos Brics até se falava em ter uma moeda de troca única entre esses países, isso aumentaria ainda a influência da China nessas transações internacionais. Não teria ainda que passar pelo dólar, que de fato tem uma influência grande.

Na pergunta sobre agroindústria e sobre os agrotóxicos. Bom, a agroindústria é uma estratégia chinesa, obviamente. A China, ao contrário do Brasil, está pensando em agregar valor ao seu produto, não é que nem o Brasil que voltou ao século XVII. A China está pensando em agregar valor, portanto, prefere comprar o grão e processar lá. No passado, a China comprava o óleo e comprava a torta, para alimentar o seu gado. Hoje, ela compra o grão e produz a torta e o óleo lá. Hoje, a China compra a carne processada, mas já está comprando o boi vivo até. Então, há vários lotes de exportação de boi vivo para a China nesta política de agroindustrialização. É uma bobagem imaginar que o Brasil vai competir em algum lugar do mundo com essa política de retrocesso que nós estamos vivendo. O agronegócio cada vez mais é uma fazenda. Não tem nada de tec ou pop. Na verdade, é uma grande fazenda que continua produzindo bens primários.

Me perguntaram também sobre os agrotóxicos. Como eu falei, há uma preocupação em controlar o mercado de agrotóxicos, muito embora na China mesmo a regulação dos agrotóxicos seja um problema seríssimo. A contaminação por agrotóxicos é extremamente complicada e isso nos traz um dado interessante, que é, talvez, o de que o maior mercado de frutas e vegetais orgânicos está na China. Porque esses consumidores (chineses) de classe média, de renda alta, desconfiam tanto do produto chinês vendido nos mercados, que preferem comprar o produto orgânico. O nosso modelo de CSA (comunidade suportando a agricultura) também tem na China uns consumidores urbanos financiando agricultores chineses para produzir produtos orgânicos. Aliás, o movimento ecológico na China está crescendo. Então eu agradeço as perguntas, aprendi mais com o Raimundo e com o Sérgio do que comigo mesmo falando, agradeço muito.

Eduardo Santos: Professor, obrigado! Eu vou então, diretamente, às questões feitas ao segundo expositor, professor Sérgio Sauer. Perguntas do Marcio Gomes: qual o risco geopolítico de a China acordar a questão de alimentos dos Estados Unidos? Como esse acordo se inscreve na guerra comercial entre os dois países? Sigo com uma pergunta de Marília Correa: a recuperação chinesa pós-pandemia pode causar um novo ciclo de boom das commodities? Se sim, como isso pode afetar a produção de alimentos no Brasil? Quem consome na China os alimentos exportados do Brasil? O pessoal está atento aqui com as contradições... A pergunta do Rui Siqueira é: com a ampliação dos estoques chineses e o avanço das políticas agrárias e agrícolas, é possível dizer que novos ciclos de boom de commodities agrícolas terão menos impactos globais das demandas chinesas? Tem mais uma questão, a última questão de Carlos Adão, dirigida ao professor Sauer: na África, quais são os principais parceiros chineses para garantir suprimentos alimentares? E quem são os maiores devedores da China na América Latina? É isso professor.

Sérgio Sauer: Obrigado, professor Eduardo, pelas questões. Começando da última, eu não tenho assim, de memória, bom, a dinâmica continental acontece mais ou menos parecida. Por exemplo, no caso brasileiro, ou no caso do continente aqui, o Brasil e a Argentina

são as portas de entrada dos investimentos chineses e os empréstimos, por exemplo, disso que a gente vem falando, ou pela compra de soja, compra e investimentos. Mas, se a gente pensar, por exemplo, em termos de petróleo, a Venezuela obviamente é o grande país, e o Equador. Então, o principal item da dívida pública equatoriana é com a China, com empréstimos bem pesados, em termos de condições de pagamento. Até onde o meu conhecimento vai, esses são os principais, vamos dizer assim, parceiros da China no continente sul-americano e, portanto, os maiores devedores. Venezuela, Equador, Argentina e Brasil, com essas diferenças sobre que tipos de acordos comerciais que eles colocam.

Na África, a mesma coisa, a porta de entrada é a África do Sul, mas os chineses estão também em alguns outros países. Eu tenho estudado pouco a África, eu confesso, porque quando começou esse debate sobre a tal da estrangeirização de terras, se fez muito acusação de que a China estava comprando a África, que a China está destruindo a África, e aí, de repente, ninguém mais fala do que os belgas fizeram na África, do que os ingleses fizeram na África, do que os alemães fizeram. Então, parece, assim, que os problemas africanos começaram quando a China chegou, antes disso era o paraíso na Terra. Então, inclusive nessa rede do BICAS, a gente tem olhado muito isso, como os cinco países atuam mais no continente e menos a nível global, inclusive para tentar sair um pouco dessa chave de leitura de que a China é o grande problema da África e etc.

Mas os principais parceiros, até onde eu acompanho, agora, nos últimos dois ou três anos – inclusive na pandemia – eu não tenho olhado muito os investimentos chineses na África, mas eles não são, na monta que originalmente se falava aí nos anos 2000, nesse Going Out, de que a China está comprando a África e etc. Inclusive, porque a China tem jeitos de fazer negócios diferentes. Por exemplo, elas fizeram uma primeira tentativa no Brasil, nessa linha de estrangeirização, de comprar terras, mas não deu muito certo; a China não tem investido, a China não é um player, a China não é um ator de estrangeirização de terras nem no Brasil, nem na América do Sul, e nem muito na África. Eles deram conta de que os caminhos, inclusive para a segurança alimentar e para os negócios, eram outros.

Então, por exemplo, indo para as outras questões, a China, uma estatal chinesa, a Chem-China, que é da área de química, comprou a Syngenta, que é só a segunda maior produtora mundial de agroquímicos. Eles estão investindo mais nisso. A China, e vocês vão lembrar, teve uma polêmica recente, começou em 2010 ou 2011, de que a bancada ruralista no Congresso brasileiro queria liberar a importação de glifosato, da China, glifosato genérico. E aí, claro, a Monsanto “caiu matando”, então, uma disputa interna (brasileira).

A China é muito forte em investimentos, inclusive, com compras de empresas de agroquímicos, acho que não a Bayer, Walter, mas a Syngenta com certeza, e outras menores, e, portanto, disputando com as grandes agroquímicas o mercado da produção, e isso é diferente na lógica chinesa: muita coisa se dá por imitação. Por exemplo, essa parte do embate com os Estados Unidos, essa coisa da privatização do conhecimento intelectual é muito forte na cultura capitalista ocidental. Os chineses, os asiáticos em geral, os japoneses também, historicamente tem uma outra lógica, da coisa muito da imitação. “Fez uma tecnologia, deu certo, você reproduz, afinal é conhecimento”. Então, inclusive, essa foi parte do embate com os Estados Unidos, claro, aí a disputa do mercado 5G e etc. Aí os chineses são produtores, por exemplo, eu vou chamar aqui de agrotóxicos genéricos, glifosato é um deles. Portanto, disputando o mercado também no agronegócio, na linha do que nos dizia o Walter, não na lógica de alternativas, mas na lógica da revolução verde, que é o que vamos dizer assim, no ponto de vista imediato, os grandes espaços de lucratividade.

Bom, a outra questão está ligada à questão da sustentabilidade. Primeiro, assim, acho que a gente precisaria mais tempo para discutir o que é essa sustentabilidade do agronegócio, todo esse debate aqui no Brasil, ou mesmo de algumas exigências, especialmente dos europeus, a pauta chinesa não tem a mesma perspectiva, por exemplo, da pauta europeia, de impedir a compra de soja de área desmatada da Amazônia, igual algumas empresas e alguns ambientalistas querem estender para o cerrado, etc. A China não tem entrado nessa pauta e também não entrou, como os japoneses, no debate sobre o cultivo de transgênicos, porque os chineses trabalham muito com a ideia que nos dizia o Raimundo: compra o grão. E o grão de soja é a base da alimentação humana, mas é também a base da alimentação animal e eles processam lá.

Mas o mais sensível, disso tudo, é que a China é o maior emissor de gases do efeito estufa. Então, todo o debate em torno da sustentabilidade tem esse pano de fundo, porque toda a indústria, todo o país, é profundamente dependente, por exemplo, da queima de carvão. Por isso, entrar numa pauta de discussão de sustentabilidade, mesmo que seja para o agronegócio, tem esse elemento que é muito difícil do ponto de vista da economia, do modo de vida inclusive, como é que a China vai garantir essa meta de 6% a 7% de crescimento ao ano, sem energia? E a base é essa, infelizmente. Eles estão tentando buscar alternativas, inclusive foi uma boa surpresa essa última posição do premiê de voltar ao debate no acordo de Paris. Mas diferente, por exemplo, do Brasil, a China tem um caminho longo a percorrer, porque a indústria depende da queima. Diferente de nós. O Brasil justamente a base (do problema) é o desmatamento, então era só diminuir os índices de desmatamento, a gente diminuiria a emissão de gases, então, entre aspas, “seria mais fácil do Brasil atingir as metas do que um país como a China”. Então todo esse tema da sustentabilidade é extremamente complicado, pensando no ponto de vista da China como economia, industrial e etc.

E o outro, nos dizia já o Walter, a partir de 2005, as mudanças internas, porque, com a Revolução Chinesa, eles fizeram uma reforma agrária em que a média das propriedades familiares era de meio hectares. Com o processo de industrialização e urbanização, muitos jovens saíram e foram para as cidades, então houve um processo de reconcentração. Mas, por favor, a reconcentração é de meia dúzia de hectares, não é meia dúzia de milhares de hectares. Então tem um processo, não de comercialização de terras, mas de rearranjo no acesso, porque a propriedade é estatal. Mas, diferente do que foi a experiência russa, são as famílias; historicamente eram as famílias que cultivavam essas terras e passavam de geração para geração, é uma espécie de posse, com direito a herança, posse hereditária.

Com a saída, bom, houve um certo processo de reconcentração e algumas experiências muito pontuais de algumas províncias, de investimento de alguma outra empresa estrangeira, mas assim, muitas restrições, tem que passar por aprovação do governo central, mas também acordos com o governo provincial e etc. Então, assim, não dá para dizer que há um comércio, uma comercialização de terras na China.

Bom, as últimas duas coisas, rapidamente, está muito claro já que tem um novo boom das commodities. Então não é a questão se vai ter ou não. A questão é a extensão dela, em termos de tempo, e também em termos de pico de preços. Isso já está muito claro, o preço da soja no Brasil é a principal prova disso. Historicamente, nós nunca tivemos soja sendo vendida a quase 200 reais a saca. Então já existe. A questão chave é se ela vai ser mais curta do que o ciclo anterior, ou mais longa, e, associado a isso, se vai afetar mais ou menos os países.

Agora o que isso significaria para o caso brasileiro? Que é aquilo que o Raimundo estava nos dizendo e o Walter também. Quer dizer, a partir do momento que você tem um aumento no preço da soja, você tem um desejo de cultivo, ampliando a fronteira agrícola, para cultivar mais soja para exportar mais. Então, esse é um primeiro impacto. E aí, Brasil só na propaganda da TV, o agro é tec, o agro é pop. O Brasil importa arroz. O Brasil já importou feijão recentemente. Então, assim, e a segurança alimentar? Você está produzindo grãos de soja e está importando feijão. Nós importamos feijão da China recentemente, nós importamos arroz. Então, quer dizer, o debate sobre o boom das commodities e de segurança alimentar, quer dizer, do que nós estamos falando que está sendo produzido? Então é nessa dimensão.

Associando com o acordo dos Estados Unidos, é isso que eu estava tentando dizer, os Estados Unidos é o segundo maior produtor de soja, o Brasil agora é o primeiro, as diferenças são pequenas ali em termos. Se os Estados Unidos obriga a China a comprar mais nesse acordo, a China vai comprar, por exemplo, mais soja, que é um dos itens fundamentais na alimentação humana e animal na China. E isso pode ter impactos sobre, como é que foi a expressão que o Raimundo usou e eu gostei? A pauta única de exportação. Então esse é o jogo na geopolítica.

Para fechar, é importante dizer isso também, em relação à parte de sustentabilidade. O que aconteceu na China, o Walter nos falou sobre a questão do uso de agroquímicos e fertilizantes, mas também na produção de carne suína, o que acabou acontecendo? Pela Revolução Chinesa, cada família tinha ali suas 4 ou 5 cabeças de porcos, com esse processo de urbanização e industrialização, se criaram grandes fazendas de suinocultura, é daí que vem, por exemplo, a crise de 2019, com uma nova onda de gripe suína na China. Mas uma das consequências, na contramão da sustentabilidade, foi que tem regiões na China, com altíssimos índices de poluição, desculpem a expressão, das fezes dos porcos, que antes eram utilizadas como insumo interno nas propriedades.

Mas, a partir do momento em que você concentra milhares de cabeças em uma mesma fazenda, você tem rios poluídos, lagos poluídos e o lençol freático poluído. E também indo na direção de uma agricultura com base na revolução verde. Ela traz esse tipo de impacto, portanto, na contramão do que seria uma sustentabilidade. Porque uma coisa é você espalhar muitas cabeças de porcos em pequenas propriedades, e a outra é você trazer todos juntos, e aí, portanto, uma parte significativa do consumo da ração à base de soja é por causa dessas grandes fazendas que vai resultar também em um aumento do consumo de carne suína *per capita* na China, com a melhoria das condições de vida da população. Acho que é isso, eu não sei se eu respondi tudo, mas é um pouquinho do que eu sei aí sobre esse país a ser descoberto pelos ocidentais.

Eduardo Santos: Penso que sim, obrigado, professor Sérgio Sauer. Vamos finalizar aqui com as questões para o professor Raimundo: a China também especula no mercado de commodities por dentro de fundos financeiros ou essa estratégia é mais ocidental? Essa é a pergunta da Andrea Oliveira. Uma segunda pergunta é de Felipe Araújo: a China tem grandes empresas operando internacionalmente como a ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus? Perguntando se a China tem outras empresas operando internacionalmente. Quais são as empresas ou instituições chinesas que enfrentam as *traders*? São sociais? São empresas sociais, associadas, enfim. E uma última pergunta é de Rui Siqueira: como tem se organizado a política chinesa de aquisição de terras agricultáveis ou agriculturáveis fora da China? Professor Raimundo.

Raimundo Silva: Eu estive dando uma olhada na questão da África. É muito interessante o investimento chinês, principalmente em modal, porque vai do Oceano Atlântico ao Índico, e a gente tem que lembrar que o maior local de terras agricultáveis do mundo está na África. Portanto, o Brasil que se cuide, porque está muito interessante, quer dizer, a África hoje está muito mais perto da China e a gente fica brigando ainda pelo porto de Cuba, que nos colocaria quase no colo da China. Esse é o agronegócio que temos, que nem foi abordado ainda, a questão ideológica. Mas o porto de Cuba nos coloca imediatamente no Pacífico e no colo da China.

Bom, nas questões colocadas aqui, a China não se diferencia nessa questão das *traders*, se a primeira questão que a China fez, para a sua saída para o mercado externo, foi criar o banco. Ela própria tem uma estrutura. O que é interessante da China? Lá tem (a ideia de que) eu tenho tanto e sou maior. Outra coisa, por exemplo, que o Belik falou e o Sauer também, a China não tem agrotóxico, mas ela compra as empresas. Ponto. A mesma coisa na comercialização. A China tem uma preocupação violenta com a sua segurança alimentar. Se o modelo era de modernização conservadora, baseada em insumos e na monocultura, a China não se intromete no que está ocorrendo no país, ela cria uma estrutura própria.

Se hoje a comercialização de commodities se dá pelas *traders*, ela cria uma própria, seja via Estado, seja via privada. Então, todas essas perguntas que foram colocadas, eu acho que eu posso resumir nisso. A China tem uma estrutura própria, ela tem um banco, portanto, os fundos atuam neste banco. Ela cria estruturas financeiras para ela. Porque hoje o mercado agrícola mundial está estruturado na questão física, quer dizer, no que hoje se produz, mas também na especulação financeira. Ela não pode entrar nesse mercado se ela não tem as duas estruturas.

Quanto à questão da comercialização de terras, foi uma das opções que a China teve, ela criou duas estruturas, uma é produzir no local e outra é criar o processo de distribuição e logística, para levar até a China o produto produzido em determinados países. Mas o que eu estou vendo, e faço coro ao que o Sauer falou, na África, é que falaram que China comprou bilhões de hectares, não chega a 1% do que foi alardeado, (o que de fato) a China comprou na África. Ela compra grandes áreas, mas também tem relações com a produção familiar. Ela cria uma série de situações hoje na África, diferente do modelo aqui no Brasil. O que nós temos observado tanto na África, quanto no Brasil e América Latina, é que ela tem feito uma opção mais para a questão da distribuição e logística de levar o alimento até lá. Então ela cria uma cadeia própria para ela.

E na questão então da compra de terras, frente a uma série de instabilidades do mercado de terras em vários países, ela não tem expandido essa forma de ir para fora, ir para o mercado externo. O que ela tem feito é mais criação de empresa. Grande exemplo disso é a Cofco, que, muito interessante, que a sede dela é na Suíça, não é na China. Várias empresas, você pensa que é alemã, mas ela é chinesa. Então, hoje no mundo, a China participa desse cassino. Hoje você não sabe mais quem é dono do que. A rotatividade do mercado financeiro não me permite mais. Por exemplo, no Brasil, a BRF está sendo hoje um palco de briga entre a Marfrig e a JBS, os dois principais players na produção de carne nesse país estão disputando a BRF. E é uma disputa que, se apagar a luz, sai gente morta, mediada pela JBS. A posição da JBS pelo banco que nós nem podemos falar de tanta coisa que vem atrás dele há muitos anos sobre uma série de irregularidades.

Para encerrar, eu acho que a gente precisa olhar a China como os chineses falam: China com as características chinesas. Eu nunca vou esquecer uma vez conversando com o José Goldemberg, em que ele me conta uma história de quando estava organizando a Rio 92. Ele virou para mim e disse assim “eu estava lá com todas as autoridades chinesas, e eu falei: porque vocês usam esse tipo tão poluidor de geladeira? Aí ele respondeu: aqui eu não posso pensar em uma geladeira, eu tenho que pensar em 1 milhão de geladeiras”. Então, com isso, eu quero encerrar que a China, apesar de estar sentada em um modelo altamente poluidor, hoje é um dos grandes agentes da questão ambiental.

Tanto que, no encontro do Biden, a imprensa nacional não divulgou, mas foram os chineses que deram o tom no encontro. Veio o primeiro poluidor, que é a China, e o segundo, que é os Estados Unidos, e a China virou e falou: “vamos fazer um acordo sobre a questão do carbono e do clima?” E foi feita uma reunião, apesar de todas essas questões de tensão geopolítica, como o Sauer colocou. Quer dizer, a China também está sendo, hoje, um agente importante na geopolítica, na questão ambiental, principalmente, na pegada de carbono, redução, essa coisa toda. Eu nem imagino, mas gostaria muito de imaginar, por exemplo, Xangai hoje, na questão da economia circular, consegue, se eu não me engano, reciclar 70% do lixo, e é uma das maiores metrópoles do mundo. Então, eu acho, que a China, junto com os players, tem levado a questão do carbono mais a sério. Vamos ver o que acontece nos próximos capítulos. Obrigado. Muito prazer. E obrigado Sauer por essa oportunidade que você me deu de estarmos juntos; e Eduardo, obrigado por tudo.

Eduardo Santos: Muito bem senhores, tanto aos professores quero externar meus agradecimentos, sinceros e efusivos, e não só pela competência das falas, mas pelo fato de dispor do vosso tempo para o debate de um tema sobre o qual nós precisamos com certeza nos aprofundar, cada um no seu nicho de pesquisa. Porque é um tema tão abrangente e complexo, que é preciso um conjunto de pesquisadores que estejam se alinhando nas diferentes facetas desse objeto.

Só o objeto das relações Brasil-China já nos traz uma infinidade de temáticas históricas, presentes e voltadas ao futuro. O futuro dessas relações tem muito a ver, em larga medida, com o futuro do Brasil, da política brasileira, e da geopolítica mundial. Então, tudo isso tece um cenário que é de extrema importância para a brasilidade, para a cidadania, para os governos brasileiros, inclusive governos estaduais, não estamos falando apenas de governo federal.

Então, eu gostaria de agradecer, essas foram verdadeiras aulas, agradecer a todos que nos assistiram, estiveram conosco, fizeram perguntas ou simplesmente nos ouviram. E queria já deixar o convite apontado aqui tanto para o Raimundo, quanto para o Sérgio, e vou estendê-lo também ao professor Belik, para a gente fazer, retomar essas temáticas, a partir de algumas outras dimensões também, em seminário que pretendemos promover na Sociologia e Política, ainda centrado na questão Brasil-China.

Eu fiquei extremamente alvoroçado de fazer questões aqui para os três expositores, mas eu tenho que ficar aqui na minha condição de mediador. Aproveito ao final aqui dessa nossa mesa, também convidá-los e, ao mesmo tempo, desafiá-los, para a gente promover um debate similar a esse que está sendo desenvolvido ao longo desse seminário. Então, eu agradeço aos expositores, Sérgio Sauer, Raimundo Silva e Walter Belik, pela presença e pelas aulas e resposta às questões. Agradeço a todos que estiveram conosco, agradeço ao Derick por estar aí na antessala tecnológica, nos ajudando com nossas dificuldades,

e quero fazer uma agradecimento especial ao programa de pós-graduação em Direito e Política Econômica, da Universidade Mackenzie, que é o principal organizador desse evento; e, principalmente, ao professor William Nozaki, que foi o verdadeiro articulador dessa mesa e também ficou ali na antecâmara da participação da audiência e do pessoal que está conosco. Então, um grande abraço a todos, prazer em tê-los conosco, agradeço a todos que participaram. Um grande abraço a todos e a todas.

Todo o conteúdo do debate aqui transcrito faz parte do I Congresso Internacional “Direito e Economia Política Internacional: reflexões sobre a China contemporânea” e pode ser assistido na íntegra em: <https://www.youtube.com/watch?v=voENloSOOH8>

Debates Contemporâneos

A realização de eventos que tratam sobre o cenário político e social brasileiro e buscam somar ao debate público, sempre foi parte importante da história da Sociologia e Política. Faz parte da nossa missão “contribuir para a consciência e o exercício de uma cidadania responsável, participativa e solidária, construtora de uma linha de força da sociedade civil”.

Desde a sua fundação, em 1933, a instituição tem a preocupação de unir os conhecimentos produzidos e debatidos internamente aos conhecimentos de especialistas externos, como agentes públicos, cientistas, acadêmicos, profissionais técnicos e demais cidadãos que lidam diretamente com os temas que estudamos.

Buscando trazer uma nova forma de acesso a esses conhecimentos, a Sociologia e Política – Escola de Humanidades traz a série Debates Contemporâneos. São e-books de acesso livre, produzidos pela Escola, com a transcrição na íntegra de eventos realizados em nosso canal no youtube.

Sobre a Sociologia e Política – Escola de Humanidades

A Sociologia e Política – Escola de Humanidades é uma marca da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), instituição de ensino e pesquisa sem fins lucrativos, que há 87 anos possui destacada atuação no desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Mantém cursos de graduação, pós-graduação e extensão em diferentes áreas das Ciências Sociais Aplicadas e da gestão de políticas públicas. Os cursos são pautados na valorização do conhecimento científico, na aplicabilidade e interdisciplinaridade, na capacidade de inovação e na melhor tradição humanista.

A Sociologia e Política – Escola de Humanidades (FESPSP) une a tradição da instituição com uma necessária renovação diante dos desafios impostos pelas mudanças sociais, políticas e econômicas do país. Desde a sua criação, em 1933, os estudos e pesquisas realizados pela instituição tiveram como base conceitual o Estado e o seu desenvolvimento, o que influenciou fortemente o pensamento social brasileiro. Atualmente, uma das áreas de concentração da instituição tem sido a de políticas públicas em infraestrutura urbana e saneamento. Nesse sentido, possui diversos programas com cursos e projetos relacionados ao desenvolvimento institucional, planejamento e gestão nesses setores

ISBN: 978-65-86612-05-9

CDL



9 786586 612059



**SOCIOLOGIA
E POLÍTICA**
ESCOLA DE
HUMANIDADES



fespspoficial



fespspoficial



fespspcomunica

www.fespsp.org.br